

2º Encontro FORGES
Instituto Politécnico de Macau
6 – 8 Novembro 2012

Internacionalizar e Cooperar no Ensino Superior: da vontade à intervenção

Maria Eduarda Duarte

Faculdade de Psicologia
Universidade de Lisboa

Resumo

Os jovens procuram cada vez mais a Universidade, que hoje é entendida como um local onde os professores e os estudantes desempenham funções complementares e interdependentes : sendo os professores também investigadores, cabe-lhes dinamizar e orientar o processo de aquisição de conhecimentos pelos estudantes, os quais, na medida em que podem questionar a informação que lhes é transmitida, se tornam agentes activos no processo de aquisição e transmissão de conhecimentos. Assim, teremos que assumir que, no ensino superior, internacionalizar e cooperar significa antecipar o futuro, pelo que é necessário repensar as relações existentes entre a internacionalização e a cooperação no ensino superior.

Palavras-chave : Internacionalização; cooperação.

Abstract

Higher Education is a main goal to most youngsters in our societies. Contemporary universities are a setting where the teaching staff and the students play complementary

and interdependent roles. Teaching and research did become interwoven to the extent that teaching activities primarily focus upon promoting and organising the students' learning processes. As the students may (and must!) question the information, they thereby become active agents in the process of both knowledge acquisition and knowledge transmission. University internationalization and cooperation is the highway to the future. Therefore, universities are responsible for permanently re-equating internationalization and cooperation, and take it among its priorities.

Key-words: Internationalization; cooperation

Introdução

O reconhecimento da importância da educação para o desenvolvimento e para o bem-estar dos indivíduos e, por arrastamento, das sociedades, constitui uma das muitas razões do aumento, significativo e progressivo, do número de jovens que procuram ingresso em e frequência de estabelecimentos de ensino superior ; sendo esta uma tendência natural que deve ser encarada no contexto do grande surto de desenvolvimento que a partir dos finais dos anos 70 se tem verificado em Portugal (pelo menos até à primeira década do século XXI!), ela é também geradora de novos problemas e promotora de novos desafios, de novas descobertas e de novos caminhos para a internacionalização, numa dinâmica que envolve igualmente professores — os investigadores que ensinam na Universidade — e estudantes. Nesta perspectiva, as escolas de ensino superior assumem-se cada vez menos como centros de transmissão unívoca de conhecimentos que utilizavam a figura do professor, para passar determinados tipos e quantidades de conhecimentos a assembleias passivas de alunos, e cada vez mais como centros polarizadores de aquisição e transmissão de conhecimentos: na Universidade de hoje, que se crê a do futuro, professor e aluno desempenham funções complementares, cabendo ao primeiro dinamizar e orientar o processo de aquisição de conhecimentos destinados, em parte, a satisfazer as necessidades dos alunos, sendo reconhecido a estes o papel de agentes activos que interferem no processo questionando a informação que lhes é transmitida, influenciando assim, eventualmente, o percurso da investigação que abre portas à internacionalização e que serve de base à informação em processo de transmissão. Os tempos da velha

escolástica, que ainda dominava na primeira metade do século XX, foram assim definitivamente ultrapassados, e a *lição* deu lugar à *discussão*, que deverá aqui ser entendida no seu valor etimológico: a palavra latina *discussio* significava ‘abalo’, ‘sacudidela’, e por alargamento semântico ‘discussão’.

O que aqui apresento não é nada de substancialmente novo: é tão só um contributo pessoal para a reflexão e para o debate de ideias, tendo como cenário a universidade em que nós agora trabalhamos e que já difere em muito daquela que ainda muitos de nós frequentámos. Assim, abordarei quatro grandes tópicos baseados na convicção de que investigar no ensino superior, designadamente na Universidade, é antecipar o futuro, abrindo assim caminho à internacionalização e à cooperação. O primeiro destes tópicos diz respeito à relação / relações da investigação com a formação; o segundo, aborda questões que têm a ver com a relação da investigação com a intervenção e a autonomia de actuação; o terceiro, considera o pensamento crítico e a criatividade aplicados à intervenção antes do ingresso no ensino superior universitário, no momento do ingresso, durante a frequência, e no momento da transição para o trabalho; e o quarto procura explicitar porque é que a investigação antecipa o futuro e anda a par de uma universidade que se pretende aberta. Nas conclusões, abordarei algumas outras questões que, embora de cariz menos teórico, não deixam de ser tão ou mais importantes que estes, nomeadamente novos olhares sobre a Educação Superior que implicam a assunção de responsabilidades que visam, entre outras, a promoção de um desenvolvimento sustentável que só pode acontecer considerando como primordiais a importância das relações investigação / formação / intervenção / autonomia e retorno à investigação, para, deste modo, se poder considerar que investigar é também antecipar o futuro inculcado de vontade efectiva para executar as tão necessárias políticas de cooperação.

Investigação e Formação

As organizações de ensino superior, designadamente a Universidade, enquanto detentora de recursos humanos especializados em quase todas as áreas do saber, tem estado um pouco alheada do que é a formação inicial, muito alheada do que é a formação ao longo da vida, e do que é a prestação de serviços à comunidade, normalmente ignorando que para *formar* é necessário conhecer, e que *investigar* significa produzir mas também transmitir e divulgar o saber. É por isso necessário que os agentes da investigação científica estabeleçam laços muito fortes com a formação,

tendo como objectivo a valorização e a rentabilização da investigação científica que eles próprios fazem, na medida em que a formação considera o *formador*, em termos da sua própria formação e interesses, e ainda das abordagens e das metodologias teóricas que adopta, o *contexto*, em termos das estruturas e das tecnologias disponíveis, das necessidades que é preciso satisfazer, e o *formando*, em termos das suas capacidades, dos seus interesses e motivos.

A teia de relações da investigação com a formação exige o conhecimento e a compreensão da complexidade dos diversificados contextos nos quais as instituições universitárias se movem: as políticas de cada uma das universidades enquanto organizações, bem como os aspectos cognitivos e estruturais a elas inerentes, responsabilizam a formação que as pessoas fazem. A legitimidade de uma política verifica-se através da sua eficácia, ou seja, da capacidade para encontrar soluções e resolver problemas, e da sua eficiência, isto é, da capacidade para implementar as soluções, o que nos leva a salientar dois aspectos: o significado da autonomia universitária, e a importância da interacção entre investigação e formação, que não podem ser encaradas isoladamente, e que devem constituir um dos pilares fundamentais para a internacionalização e cooperação.

Com efeito, os aspectos cognitivos respeitam à percepção, à identificação e à declaração do sucesso; conhecer o que se está a investigar na instituição onde se trabalha é promover a própria instituição, é elucidar a excelência de investigação, é visar a transmissão de saberes e de saber-fazer através da formação. Investigar implica, por exemplo, rotinas, procedimentos, inovações; formar é tudo isto, mas também é satisfazer as necessidades da organização, do indivíduo, do meio. Nestes termos, as organizações de ensino superior não deveriam ser organizações estáticas e tensas; mas, na realidade, e pelo contrário, os aspectos estruturais existentes geram muitas vezes contradições no interior das instituições universitárias: pede-se-lhes investigação, mas não se lhes dão os meios necessários, ou então pede-se-lhes investimento simultâneo na investigação e na formação, com isso não ficando no entanto ninguém a ganhar, na medida em que nem a investigação nem a formação são devidamente dotadas para que possam ser adequadamente concretizadas.

Nem a investigação nem a formação são realidades monolíticas, devendo por isso interagir de modo a que se possa distinguir entre processo e consequência: o processo de investigação é obrigatoriamente favorecido pela organização universitária, manifestando-se as suas consequências ao longo da formação. Assim, cabe ao formador,

que na esmagadora maioria dos casos é também investigador, saber transmitir o rigor científico, balizado pelos conhecimentos previamente obtidos e assimilados, deste modo assumindo um papel incontornável de herdeiro de um património cognitivo e científico que tem que rentabilizar e acrescentar para depois o passar, numa perspectiva dialéctica, às novas gerações. Aquilo que o distingue do investigador que não transmite, isto é, dos que não fazem investigação socialmente relevante e eticamente significativa, é precisamente o facto de poder investigar dialogando, não só com os seus pares (os outros investigadores), mas sobretudo com aqueles a quem tem por missão transmitir conhecimentos e métodos de obtenção de conhecimentos; digamos que o investigador-formador tem simultaneamente ao seu alcance o *campo onde* faz a investigação (que é a sua área de trabalho), o *enquadramento teórico* da investigação (os modelos teóricos de que se serve), e a *aplicação em campo* dessa mesma investigação (os alunos a quem transmite os resultados da investigação). Por seu lado o formando, enquanto receptor dinâmico dos conhecimentos obtidos a partir do trabalho do investigador, e sendo por natureza um interveniente activo no processo de investigação desenvolvido e que o tem por destinatário, tem direito a «uma educação de qualidade que constitui uma alavanca para sair da crise actual, na medida em que promove a instrução e o enriquecimento cultural dos cidadãos, a sua capacidade de iniciativa, de criatividade e de compromisso com o bem comum. Por isso, e apesar da crise, é fundamental que a educação e a formação sejam encaradas como garante do desenvolvimento das pessoas e dos países e, como tal, não devem deixar de ocupar o centro das políticas e constituir uma prioridade do investimento público» (CNE, 2010, p. 173). Acrescento: só assim se pode definir e desenhar a internacionalização e a cooperação.

A relação da investigação com a formação assenta no princípio de que a investigação científica, na Universidade, não tem por objectivo somente a investigação fundamental — geradora incondicional dos avanços, das aplicações, das tecnologias — mas a constituição de um cânone de saberes obtido através da interacção entre a necessidade de formar pessoas e a imposição deontológica de as formar adequadamente. A força e o sucesso de qualquer actividade de formação residem na possibilidade de responder a um conjunto de questões diferentes das formuladas da maneira mais tradicional de abordar a formação (Duarte, 2011). A garantia do futuro assenta no pressuposto de que a investigação é uma condição de fundo para a formação integral de novos formadores. A Universidade para sobreviver não se pode compadecer com a

dicotomia ensino / investigação, sob pena de repetir estruturas anquilosadas e pôr em perigo a sua razão de ser. A Universidade, para sobreviver, tem que executar vontades.

Investigação, intervenção e autonomia de actuação

A relação da investigação com a intervenção e a autonomia de actuação, em contextos relacionados com a investigação no ensino, tem por princípio a coerência entre o *saber*, o *saber estar*, e o *saber fazer*.

O saber advém da acumulação crítica de conhecimentos, e também da disponibilidade para integrar e aprender (e apreender) novos conhecimentos, novas abordagens teóricas, novas metodologias e novos processos de intervenção, e advém sobretudo da capacidade de quem intervém activamente no processo, podendo-se entender aqui *intervenção* no sentido do estabelecimento de uma relação de ajuda psicológica. Nestes termos, o formador deve ter presente que os destinatários da sua investigação, aqui os alunos (embora não sendo destinatários únicos de investigação), e da actuação que sobre eles fará com base no seu próprio processo de aquisição de saberes, atravessam uma fase da sua carreira pessoal em que predominam preocupações principalmente relacionadas com explorações. Que melhor momento para lançar as redes da cooperação?

Investigação, intervenção e autonomia de actuação obriga à selectividade, por exemplo, na criação de centros de excelência dentro das instituições universitárias, que estabeleçam relações ou alianças estratégicas nacionais e /ou internacionais; obriga também a uma exploração mais eficaz do *saber estar*, aqui entendido como coesão cultural e inter-cultural. Explicito: a intervenção é envolvimento social, é assegurar a promoção do auto-desenvolvimento, é disseminar o saber e é criar redes institucionais e pontes intelectuais adequados às realidades. A passagem dos grandes valores universais, enquadrados por estratégias adequadas às realidades do quotidiano é o desafio que põe à intervenção, sobretudo intervenção psicológica, ou seja, o *saber fazer*.

Estar aberto à diversidade da população universitária, saber quais os limites de utilização das novas tecnologias, saber integrar a intervenção em sistemas de comunicação e cooperação com outros serviços, saber fazer a ajuda para o desenvolvimento global do desenvolvimento do estudante, do colega, ou do funcionário, ou seja, do “cliente”, ou seja, saber responder às exigências da globalização, constituem,

a meu ver, os grandes domínios actuais do saber fazer na investigação, na intervenção, na transmissão, e na autonomia de actuação.

A população universitária, está diversificada, e só a título de exemplo, no que respeita à idade, ao estrato social, ao *background* cultural, e ao estilo de aprendizagem. Responder à diversidade significa duas coisas, uma que respeita ao especialista, outra aos serviços. O especialista tem necessariamente que ter consciência que para que o seu trabalho seja eficaz necessita de conhecer e adaptar-se à singularidade de cada um e no que ela representa na relação de ajuda. Os serviços têm que criar e desenvolver dispositivos ao mesmo tempo específicos e abrangentes de apoio, de aconselhamento, orientação e integração.

As novas tecnologias da informação têm duas faces : aquela que permite um rápido acesso à informação, comunicação, e a um conjunto de “coisas boas”, e a outra que descaracteriza a relação inter-individual — o diálogo é monólogo, o debate cara a cara é cara-écran; ora, a conciliação entre a vertente humanística e a tecnológica é condição para minorar os efeitos do impacto tecnológico. Estabelecer os limites de utilização pertence ao domínio da ética profissional.

A intervenção em sistemas de comunicação e cooperação com outros serviços integra-se na transmissão dos saberes teóricos e práticos e no cumprimento da deontologia. O desenvolvimento de novos campos de partilha representa um ganho acrescido para a investigação, para a intervenção, para a autonomia de actuação.

A ajuda para o desenvolvimento global do “cliente” é recorrente, é o ponto de partida e o ponto de chegada dos projectos de investigação, da vontade de intervenção, da avaliação da responsabilidade, da avaliação de se ser autónomo.

Saber responder às exigências da globalização implica estar centrado no “cliente”, questionar as interacções entre as aprendizagens universitárias, o desenvolvimento pessoal e as escolhas profissionais, ao mesmo tempo que se devem alargar os recursos de informação de modo a cobrir as possibilidades oferecidas nesta aldeia global.

Os centros de excelência referidos podem ser o local de desenvolvimento destes modos de investigar, de intervir e de actuar... e de cooperar. Não se entenda aqui estes centros como laboratórios de ensaio, mas antes como espaços de envolvimento proactivo, onde se produzem saberes de alta qualidade (a investigação), onde se aplicam de maneira eficaz e sistematicamente controlada as metodologias (a intervenção), e

onde se responsabiliza cada um pela qualidade dos seus serviços (a autonomia de actuação).

A intervenção antes, durante e depois da Universidade

De certo modo, já se abordaram algumas questões do domínio da intervenção. Porém, gostaria de particularizar um ou outro aspecto directamente relacionado com a intervenção de ajuda, sem privilegiar nenhum modelo teórico, mas antes centrando-me na necessidade de preparação e formação contínua de quem intervém.

Julgo que não existe nenhuma relação de ajuda profissional sem existir reflexão crítica e criatividade. Reflexão crítica é pensar sobre o próprio pensamento, para compreender o(s) sentido(s) das coisas e a(s) mudanças e, conseqüentemente, poder contribuir com mais valias para novas descobertas, novas teorias ou novos procedimentos de actuação. Criatividade é renovação, flexibilidade e exigência pessoal de expressão disso mesmo, muitas vezes travada por pressões sociais e outras; a expressão implica saber utilizar uma linguagem colectiva (no sentido de universal), compreendida pelo interlocutor.

Estes dois aspectos estão presentes em qualquer tipo ou forma de intervenção, e a sistematização da actuação pauta-se por um conjunto de procedimentos comuns: ouvir o problema, fazer a avaliação, delinear as acções, planear o aconselhamento, actuar e fazer a reavaliação. Portanto, o que distingue a intervenção em vários momentos não é a metodologia de actuação, é antes a escolha selectiva de ferramentas diversas, sustentada no pensamento crítico e na criatividade do especialista.

E, mais uma vez, este aspecto é o ponto de partida e o ponto de chegada do que se faz no ensino superior, na medida em que investigação, formação e intervenção estão intrinsecamente ligadas ao nível da produção, da transmissão, da transferência, da divulgação, e da intervenção.

Esta imbricada teia de relações começa na preparação para a intervenção antes da entrada no ensino superior: a formação inicial tem que educar os estudantes, adentro do rigor científico, na procura do desenvolvimento do pensamento crítico e na aprendizagem como processo de criação, levá-los a aceitar as suas responsabilidades profissionais e sociais e a serem capazes de analisar os problemas e contribuir para a sua resolução. A formação especializada e a formação ao longo da vida devem promover de forma sistemática a atenção aos problemas do mundo do trabalho nas suas vertentes

científica, económica, social, e tecnológica. A função antecipadora da Universidade obriga a promover a participação activa dos seus agentes, gerando oportunidades de intervenção, neste caso concreto de intervenção psicológica, durante todo o desenvolvimento pessoal.

Em suma, em qualquer momento de intervenção o mais importante é a capacidade do especialista, é a arte de julgar criticamente, é a disponibilidade para o envolvimento em vários contextos. Estes aspectos radicam na excelência da formação que se desenvolve nas estruturas universitárias. E não falo só de teorias, refiro a sua aplicabilidade e a disponibilidade de dispositivos que permitam a avaliação da eficácia da intervenção (Fielding, 2000).

A investigação e o futuro

A investigação que se desenvolve na organização universitária constitui uma parte essencial dos sistemas nacionais de ciência na União Europeia, sendo as universidades os principais locais da investigação básica (UNESCO, 1998).

De facto, a investigação é um dos aspectos primordiais no ensino superior. A criação de novos conhecimentos, a promoção do desenvolvimento pessoal e cultural, a contribuição para a resolução de problemas que abafam o desenvolvimento harmonioso da humanidade, é também da responsabilidade de quem trabalha, isto é, de quem investiga na Universidade.

Antecipar as necessidades e exigências do futuro implica pensar em frente, mas para que tal possa acontecer é necessário que haja um conjunto de condições que permitam que a Universidade assuma o seu papel. Para assegurar uma investigação de qualidade, a Universidade tem que reunir um conjunto de condições essenciais, e refiro só os aspectos básicos: o Estado tem que fornecer os recursos apropriados (infra-estruturas de base num quadro competitivo), e financiamento apoiado em critérios de qualidade; a Universidade tem que promover os seus projectos de investigação sustentados por códigos de ética, e diversificar os meios de financiamento.

Para que investigar seja antecipar o futuro é fundamental, por exemplo, que os investigadores tenham a possibilidade de análise e de participação activa na resolução dos problemas nacionais, regionais e locais; que consigam a mobilização à cooperação de mundos académicos, industriais, ou políticos; que desenvolvam a formação ao longo da vida.

Cabe, portanto, às universidades um certo pioneirismo. Todos sabemos a importância que a Universidade teve e tem, mas também sabemos que está na mão das novas gerações o esforço de formação inicial, especializada, e ao longo da vida, de transmissão e de divulgação de saberes.

Refira-se que o nº de alunos a frequentar o ensino superior passou de 313 415, em 1995-96, para 373002 em 2008-09 (GPEARI-MCTES, 2010). A conclusão mais simples que se pode afirmar, julgo que sem contestação, é que, no contexto europeu a posição de Portugal em 2006, no que se refere à percentagem de estudantes do Ensino Superior em relação ao total de alunos existentes em cada país da União Europeia, situava-se em 17.3%, ou seja, muito próximo da média europeia (CNE, 2010).

Antecipar o futuro, é, na sua essência, cooperar e participar; é sobretudo estar atento e aberto aos sinais, aos presságios, à informação; as instituições universitárias devem ser o garante de que é possível ajudar a esta antecipação.

Conclusões

Ao terminar, não posso deixar de expressar um sentimento que foi perpassando ao longo deste escrito: o sentimento da ignorância. Ao pretender alinhar algumas ideias e sistematizar outras confrontei-me com a complexidade e emaranhado de variáveis, de interesses, de políticas e outros aspectos que giram em torno da internacionalização e da cooperação no ensino superior. No entanto, não desisti, porque acredito que são as estruturas universitárias as grandes responsáveis pela promoção da Qualidade ao nível da investigação, ao nível da formação / ensino, ao nível da intervenção e, conseqüentemente, de dar conteúdo à vontade para se fazer intervenção.

Em Outubro de 1998, a Conferência Mundial sobre Educação Superior, proclamou as missões e funções, e uma nova visão da Educação Superior, consubstanciadas em 17 Artigos: a missão de educar, de formar e de desenvolver investigação; o papel da ética, a autonomia, a responsabilidade e a função antecipatória; a igualdade de acesso; o reforço da participação e promoção das mulheres; o avanço do conhecimento através da investigação em ciência, em artes e humanidades e a divulgação dos resultados; a formação ao longo da vida; o reforço da cooperação com o mundo do trabalho e antecipação de necessidades sociais; abordagens educativas inovadoras; políticas de pessoal; avaliação qualitativa; as novas tecnologias; o reforço

do financiamento e da gestão; educação superior como serviço público; a partilha de conhecimento e de *know-how*; intercâmbio; e parcerias e alianças (UNESCO, 1998).

Deste enumerado, permito-me destacar um: a Universidade tem responsabilidades no desenvolvimento sustentável e na melhoria das condições de vida, na medida em que cada pessoa que por lá passa, e cada pessoa que aí trabalha tem a sua parte de responsabilidade na promoção da igualdade e do direito à diferença. Não conheço outra ciência, para além da Psicologia, que demonstre a singularidade individual, e só conheço a democracia, o reconhecimento de igualdade de direitos de pessoas diferentes, como a única possibilidade de aplicar esse direito. Responder aos desafios de forma mais deliberada do que reactiva (UNESCO, 2003) é antecipar o futuro nas formas reais de internacionalização e de cooperação: colocar a universidade ao serviço da humanidade.

Referências bibliográficas

Conselho Nacional de Educação (CNE) (2010). *Estado da educação 2010. Percursos escolares*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

Duarte, M. E. (2011). Formar. Enformar. Desenformar. In S. M. Leal e S. N. Caldeira (Orgs.). *Formação de adultos. Desafios, articulações e oportunidades em tempo de crise*. Açores: Universidade dos Açores.

Fielding, A. (2000). Pourquoi les praticiens disent-ils que «la théorie n'est pas utile à la pratique»? Une proposition pour adapter la pratique aux exigences du 21^e siècle. *L'Orientation scolaire et professionnelle*, 29 (1), 79-90.

GPEARI-MCTES (2010). *Vagas e inscritos no ensino superior (2000-2001 a 2008-2009)*. Lisboa: Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.

UNESCO (1998). *Final report. World Conference on Higher Education. Higher Education in the twenty-first century: vision and action*. UNESCO: Paris.

UNESCO (2003). *Final report. Meeting of higher education partners*. UNESCO: Paris.

